



XXI
CONGRESSO NACIONAL

3, 4 E 5 DE JUNHO DE 2016
FIL – Parque das Nações
LISBOA



25 ABRIL
42 ANOS

PÁGS. 5 A 7

PS
43 ANOS

PÁGS. 2 A 4

CONSTITUIÇÃO
40 ANOS

PÁGS. 11 A 13

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA AQUI



1 26 MAR
ANO

DIAS ÚTEIS
ÀS 17H
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

MARY RODRIGUES

A ESCALDAR

O Plano B é executar o Plano A

No Parlamento, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas foi claro ao afirmar que o Plano B do Governo é executar o plano A, sem adicionar outras medidas.

Os documentos que o Executivo de António Costa vai levar a Bruxelas, Programa de Crescimento e Nacional de Reformas, garante Pedro Marques, são equilibrados e “até conservadores”, nas propostas e não põem em causa os acordos à esquerda.

Quanto às críticas manifestadas pela direita sobre as projeções macroeconómicas do Programa de Estabilidade, o governante é claro, lembrando que a execução orçamental tem corrido bem, como mostra a atividade económica que “está a dar bons sinais”.



QUENTE

Lembrar Salgueiro Maia

Foi preciso esperar 42 anos para que um dos heróis maiores do 25 de abril de 1974 fosse finalmente condecorado (lembrado?) pelo Estado português.

Mas é exatamente isso que vai acontecer, depois do Presidente da República ter anunciado que irá no próximo dia 1 de julho a Santarém condecorar o “capitão” de abril Salgueiro Maia com a Ordem do Infante D. Henrique.

Salgueiro Maia, um homem que foi fulcral no derrube da ditadura do Estado Novo e que soube sempre representar com serenidade e coragem o povo a que pertenceu.



FRIO

A culpa é da direita

Se o Programa de Estabilidade é mais duro do que o que seria desejável, a culpa é da gestão orçamental falhada do anterior Governo do PSD/CDS.

Tese que foi defendida no Parlamento pelo ministro das Finanças, Mário Centeno, não deixando contudo de prometer, ao invés do que sucedeu ao longo dos últimos quatro anos, rigor e seriedade na execução orçamental para 2016. Com efeito, a discussão em torno deste programa, por mais que a direita finja não perceber, não pode ser desligada da desastrosa herança recebida, o que não impede que o Governo do PS tenha apresentado um Programa de Estabilidade sem cortes salariais, sem aumentos de impostos diretos sobre o rendimento do trabalho e das empresas e sem cortes nas pensões.



GELADO

Eleições em Espanha

A instabilidade política em Espanha dura há mais de quatro meses, sem que as forças partidárias conseguissem qualquer solução governativa estável.

Perante o impasse, o Rei Felipe VI começou já a ouvir os partidos e prepara-se para marcar novas eleições gerais para finais de junho. O problema que subsiste é que um eventual acordo entre os partidos representados no parlamento para a formação de um novo governo parece estar tão longe como já o estava depois das eleições de 20 de dezembro. ■



PROGRAMA DE R O PAÍS VAI HONRAR E REFORMA

O Programa Nacional de Reformas, que a oposição se tem entretido a Secretário-geral do PS, na festa do 43.º aniversário do partido, aproveitarão para aceitar viver num país de p

O PRIMEIRO-MINISTRO e Secretário-geral do PS alertou, na festa do 43.º aniversário do partido, que os portugueses não se conformam e muito menos aceitam que a Comissão Europeia insista em pressionar Portugal para não aumentar mais o salário mínimo nacional e aplicar novas medidas de austeridade. António Costa reagiu ao relatório tornado público no dia anterior pela Comissão Europeia, onde alertava o Governo português para as alegadas consequências económicas de novos aumentos do salário mínimo nacional, “sobretudo em termos de criação de empre-

go”, tese a que o líder do PS reagiu garantindo que vai mostrar a Bruxelas que “há espaço para aumentar os salários em Portugal”.

Declarando não se resignar a um modelo de país de baixos salários, o primeiro-ministro garantiu que mostrará a Bruxelas que há espaço para se poder aumentar os salários e com isso melhorar a qualidade de vida dos portugueses, advertindo que a batalha pela igualdade é permanente e vai continuar.

Programa de reformas

Depois de defender o caráter “histórico e reformista” do PS, António Costa referiu-se ao

Programa Nacional de Reformas (PNR), garantindo que o documento vai ser “uma grande surpresa”, porque lá constarão “medidas concretas, quantificação de custos e uma calendarização definida para a sua execução”.

Quanto ao facto de “muitos terem desvalorizado” o PNR, com a alegação de que quando foi apresentado “não tinha medidas concretas”, vão agora deparar-se, disse o Secretário-geral socialista, com uma “enorme surpresa” que derrubará as críticas imprudentes e infundadas de quem durante anos nada teve para oferecer ao povo português. ■



JORGE FERREIRA

REFORMAS PARA LEGADO HISTÓRICO PARTIDISTA DO PS

crítico, vai gerar “uma grande surpresa”, garantiu no dia 19 de abril o primeiro-ministro para enviar um recado a Bruxelas ao lembrar que os portugueses não aceitam a pobreza e de baixos salários.



“ A pensar nas pessoas e com o objetivo de resolver os problemas estruturais do país, o Governo apresentou o Programa Nacional de Reformas, de que a qualificação é um dos seis pilares fundamentais

A expressão “dar prioridade às pessoas” não é um slogan. É uma orientação explícita no programa do Governo do PS, onde também se declara que as pessoas são o primeiro e o mais importante ativo do país.

A pensar nas pessoas e com o objetivo de resolver os problemas estruturais do país, o governo apresentou o Programa Nacional de Reformas, de que a qualificação é um dos seis pilares fundamentais. Prioridade plenamente justificada. O défice de qualificação dos recursos humanos é bem maior e mais inquietante que o défice orçamental. É ele que nos coloca na cauda da Europa e que urge solucionar. As medidas apresentadas pelo Governo vão na direção certa, conciliando formação profissional e educação formal, alargando a rede do pré-escolar e promovendo a educação de adultos. Há muito se percebeu que o Governo PSD/CDS cometeu um grave erro ao acabar com o programa “Novas Oportunidades” sem propor uma alternativa. Com os chamados “Centros Qualifica”, o Governo do PS visa compensar a falha e, na medida do possível, reparar o desacerto. Sem pessoas altamente qualificadas, académica e profissionalmente, não teremos uma economia pujante e competitiva. O investimento em Educação, Cultura e Investigação é essencial para a construção de uma sociedade moderna e desenvolvida, preparada para vencer os desafios do século XXI.

Abril é o mês comemorativo por excelência. Celebramos a Revolução dos Cravos, o ato fundador do nosso partido e, este ano, o quadragésimo aniversário da Constituição Portuguesa. Acontecimentos em que o PS foi protagonista ou ator decisivo. Como lembrou António Costa, na comemoração do 43º aniversário do partido - que juntou fundadores, dirigentes e militantes na sede nacional - o PS sempre soube muito bem quais os caminhos que tem de seguir, tanto antes do 25 de abril de 1974, contra a ditadura, como em democracia. É um facto: o PS esteve sempre presente e do lado certo em todos os momentos marcantes do Portugal democrático. Foi assim em 1976, para dotar Portugal de uma Constituição que resistiu “à prova do tempo”, nas premonitórias palavras do socialista Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte. Uma Constituição que, quarenta anos e sete alterações depois, dignifica o país e orgulha os portugueses.

Por saber honrar o seu passado e conseguir desbravar os caminhos do futuro, o PS é o partido em que os portugueses confiam. Declarando não se resignar a um modelo de país de baixos salários, o primeiro-ministro tem provado que há outro caminho e, em vez de baixar a cerviz a Bruxelas como fazia Passos Coelho, António Costa demonstrou que é possível aumentar os salários e com isso melhorar a qualidade de vida dos portugueses respeitando os compromissos internacionais. Os portugueses podem estar certos de que o governo do PS não vai esmorecer no combate por mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade. ■



PARA OS MILITANTES DO PS

O **PARTIDO SOCIALISTA** comemorou no dia 19 de abril o seu 43º aniversário. É um dia de celebração fraterna, que homenageia os participantes no congresso da Acção Socialista Portuguesa, na cidade alemã de Bad Munstereifel, que assinaram a ata de fundação do partido em 19 de Abril de 1973, e a todos os seus fundadores. É um dia que homenageia também, e sobretudo, todos os seus militantes, nas palavras, sempre inteiras e limpas, de Sophia.

PARA OS MILITANTES DO PS

Tu avanças sempre e não recuas
Quando se ergue a hora da ameaça
Mesmo que tenhas de morrer nas ruas
Mesmo que tenhas de morrer na praça
Porque não estás só mas continuas
Todos os que lutam e lutaram
P'ra que não haja grades nem mordança
Porque não estás só mas continuas
E os outros unem suas mãos às tuas
P'ra que um mundo mais justo e livre nasça
Por isso avanças sempre e não recuas
Connosco a poesia está nas ruas

Sophia de Mello Breyner Andresen

Lisboa, 1 de Maio de 1975



Sophia de Mello Breyner Andresen, poetisa, foi eleita deputada à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista. As últimas palavras do poema que dedicou aos militantes socialistas – “connosco a poesia está na rua” – foram inspiradoras dos cartazes alusivos ao 25 de Abril desenhados por Maria Helena Vieira da Silva. ■



PS MANTÉM-SE FIEL AOS IDEAIS QUE SEMPRE O ORIENTARAM

O PS “sempre soube bem quais os caminhos que tem de seguir pelo país”, tanto antes do 25 de abril de 1974, contra a ditadura, como em democracia, perante os “desvios da revolução pela liberdade”, e não será hoje que “abandonaremos os ideais que sempre nos orientaram”, afirmou António Costa, na comemoração do 43º aniversário do partido.

“**ESCOLHEMOS** e sempre defendemos no PS”, disse o líder socialista, “o caminho da Europa”, apostando nas “vias do desenvolvimento, na criação do Serviço Nacional de Saúde, na escola pública, em políticas de apoio social, como o Rendimento Social de Inserção ou o Complemento Solidário para Idosos”, porque “sempre estivemos no lado certo no combate pela coesão social”.

Na presença do presidente do PS, Carlos César, da Secretária-geral adjunta, Ana Catari-

na Mendes, e do atual presidente da Assembleia da República e antigo Secretário-geral, Ferro Rodrigues, António Costa lembrou o presidente honorário do PS, António de Almeida Santos, falecido recentemente, elogiando depois os fundadores do partido, com especial destaque para Mário Soares, enaltecendo ainda todos os anteriores líderes do PS, além de Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres, Ferro Rodrigues, José Sócrates e António José Seguro.

Depois da intervenção do Secretário-geral, a celebração do aniversário socialista, que contou também com a presença dos fundadores Alberto Arons de Carvalho, Bernardino Gomes e Dieter Delinguer, prosseguiu com a música de Carlos Aberto Moniz e com a leitura de um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen, lido pela neta mais nova de Mário Soares, que estava acompanhada pelo seu pai, João Soares, decorrendo mais tarde uma pequena festa-convívio nos jardins da sede nacional. ■



CONTINUAR A BATALHA POR MELHOR DEMOCRACIA, MAIS DESENVOLVIMENTO E MAIOR IGUALDADE

Justo em relação ao passado, tranquilizador face ao presente e motivador para o futuro.

Assim descreveu o primeiro-ministro o discurso do Presidente da República na sessão comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República

EM DECLARAÇÕES proferidas na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, para assinalar os 42 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, António Costa disse que Marcelo Rebelo de Sousa “foi rigoroso e justo com o trabalho extraordinário que o país fez nos últimos 40 anos para vencer um legado muito grande de atraso que a ditadura tinha deixado” a Portugal. Sobre os apelos à unidade feitos pelo chefe de Estado, o primeiro-ministro referiu que

o atual regime democrático “é em si um enorme consenso”, recordando que a democracia é “o regime do diálogo permanente”.

De seguida, fez uma referência ao processo de formação do atual Executivo, que é suportado no parlamento por Bloco de Esquerda, PCP e PEV.

“Depois das últimas eleições legislativas, demonstrou-se que há mais oportunidades de diálogo do que muita gente imaginou durante muito tempo. Isso permite soluções novas e res-



posta novas”, venceu, apontando para o futuro que “não se pode desistir de travar a batalha que há para travar e que é a continuação do 25 de Abril de 1974”

“Temos de ter cada vez uma melhor democracia, mais desenvolvimento e maior igualdade para todos”, advogou.

São Bento aberto aos domingos

Na ocasião, António Costa anunciou que os jardins da sua residência oficial, em São Ben-

to, vão abrir ao público todos os domingos a partir de junho, medida que contará com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Depois de assistir a várias atuações musicais incluídas no programa cultural preparado para assinalar o 25 de Abril na residência oficial, António Costa deixou breves palavras para salientar a importância da abertura das instituições democráticas aos cidadãos.

“A democracia recorda-nos que o poder reside no povo e é exercido em nome do povo. É im-

portante que todos sintam que estes locais de trabalho dos órgãos de soberania não são dos órgãos de soberania, são vossos, são do povo, dos cidadãos – e foi isso que quisemos transmitir abrindo as portas da residência oficial de São Bento neste 25 de Abril”, explicou.

Assim, na mesma intervenção, anunciou que o Governo fez um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa para que os jardins de São Bento estejam abertos todos os domingos a partir de junho. ■

PRESIDENTE FEZ AVISO SÉRIO A OPOSIÇÃO SEM CRITÉRIO

O PRESIDENTE DO PS, Carlos César, considerou “muito importante” o discurso do Presidente da República, referindo que constituiu “um aviso muito sério” a uma oposição “sem critério” que recusa consensos essenciais para o progresso e desenvolvimento económico e social do país.

Carlos César falava aos jornalistas após o discurso do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no encerramento da sessão solene comemorativa dos 42 anos do 25 de Abril de 1974 na Assembleia da

República.

“O PS entendeu o discurso do Presidente da República como um aviso muito sério àqueles que, persistindo numa oposição sem critério, recusam os consensos que são essenciais para o progresso e para o desenvolvimento económico e social do país e para a sua defesa nos contextos internacional e europeu”, disse o presidente do PS, numa alusão à linha seguida pelo PSD.

“O Presidente da República acentuou junto dos portugueses duas direções e dois sen-



timentos essenciais: Por um lado, o reconhecimento que o Portugal que nasceu com Abril é um Portugal de esperança e que recuperou mazelas e injustiças que pontuaram nas últimas décadas que precederam a revolução libertadora; por ou-

tro lado, teve uma mensagem muito clara de que é necessário que os portugueses no seu conjunto e as suas instituições representativas saibam convergir naquilo que é essencial para o progresso do país”, acrescentou Carlos César.

Questionado sobre o teor do discurso proferido pela ex-ministra da Justiça e deputada do PSD Paula Teixeira da Cruz, o também presidente do Grupo Parlamentar do PS recusou-se a comentar os “adjetivos marginais” dessa intervenção, considerando que esses mesmos adjetivos “apenas têm conteúdo retórico”.

“No essencial, o 25 de Abril representa a capacidade de nos sabermos unir naquilo que for essencial e de divergirmos com a cordialidade e a ética que a democracia e a liberdade nos sugerem”, disse, lamentando que o PSD de hoje seja, infelizmente, “um partido muito distante desses critérios e desses valores, mas irá certamente convergir e entender que ser partido da oposição não é ser um partido contra Portugal e contra as instituições”. ■

DEMOCRACIA EXIGE CONFIANÇA E PRESTÍGIO DE TODAS AS INSTITUIÇÕES

A democracia exige um poder judicial respeitado e prestigiado e uma comunicação social pluralista e respeitadora das regras deontológicas, defendeu Ferro Rodrigues no primeiro discurso no 25 de abril como presidente do Parlamento.

NA SUA intervenção na sessão comemorativa de 25 de abril, Ferro Rodrigues depois de defender que Portugal tudo deve fazer para ter “uma só voz” na Europa, levantou as bancadas da maioria de esquerda quando se dirigiu ao Parlamento louvando a presença dos capitães de Abril, afirmando que “bom é ver-vos de volta a esta casa da democracia, que é também é a vossa casa”, evocando depois a memória de Salgueiro Maia, Melo Antunes e Marques Júnior, entre outros militares de Abril. Frisando ser essencial para

a democracia que o poder judicial mas também a comunicação social assumam um caráter mais respeitável e prestigiado, o presidente da Assembleia da República fez questão, dirigindo-se aos deputados, de lhes pedir que não se percam em discussões estéreis, devendo antes concentrar os seus esforços nos assuntos “mais sérios e importantes” para a vida dos portugueses, ajudando assim a “devolver a esperança a Portugal”. No seu discurso, Ferro Rodrigues advertiu ainda para a



JORGE FERREIRA

necessidade de se olhar com mais confiança para “todas as instituições”, e não apenas para as “instituições políticas”, salientando que uma democracia “não se faz apenas e só de partidos e deputados”. A propósito, lembrou que a democracia portuguesa, como qualquer outra democracia, estável e madura, precisa de um “poder judicial respeitável e prestigiado” e de uma comunicação social “pluralista e respeitadora das regras deontológicas”, apelando para que os titulares de órgãos de soberania assumam o critério de

“falar a uma só voz” na Europa. Por outro lado, Ferro Rodrigues defendeu que a reforma do sistema político constituirá “um passo positivo” no fortalecimento da democracia portuguesa, alertando, contudo, os diferentes grupos parlamentares, para que “abandonem a ideia de que tudo começa e acaba na produção de nova legislação”, sugerindo que se olhe para os instrumentos “que já temos à nossa mão” e que não implicam necessariamente mais leis, como trazer a “revolução digital” para dentro da democracia.

Europa precisa de mais solidariedade

Quanto à Europa, Ferro Rodrigues diz que se debate com um conjunto de obstáculos e de dificuldades, em virtude, sobretudo, do “percurso neoliberal dos últimos anos”, defendendo que a Europa tem de encontrar caminhos e soluções políticas alternativas, porque a “Europa que queremos” tem de centrar a sua atenção “mais na solidariedade social do que nas décimas das finanças públicas”. ■

UM NOVO IDEAL DE JUSTIÇA COM MELHOR DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

O deputado do Partido Socialista João Torres criticou as desigualdades em Portugal, afirmando que os jovens emigrantes “são os refugiados da nossa incapacidade económica e social. A este país várias vezes enganado, a esta Europa rendida e a este Mundo descentrado de referências humanistas, nós temos que dizer não!”.

AO INTERVIR na sessão comemorativa do 42º aniversário do 25 de abril, que decorreu na Assembleia da República, o parlamentar defendeu que o atual Governo quer repartir melhor. “Não é fácil aceitar que o salário de uns seja pouco superior a 500 euros e o de outros superior a 50 mil euros. Não é fácil aceitar que uma elite avolume fortunas imorais em paraísos fiscais quando o ci-

dadão comum mal consegue pagar as despesas do dia-a-dia”, exemplificou. João Torres criticou o “galopante crescimento das desigualdades” considerando não ser “fácil compreender que uns fiquem cada vez mais pobres e outros cada vez mais ricos”. “Para devolver credibilidade à política, urge apontar o caminho para um novo ideal de justiça, não na forma como os sa-



JORGE FERREIRA

crifícios são pedidos, mas na forma como a riqueza é repartida. Os portugueses podem, hoje, encontrar no Governo do seu país uma inquestionável vontade de corrigir as desigualdades, de devolver esperança a um povo ferido, de recuperar para a Europa o sentido solidário de outros tempos”, destacou. Num discurso que caracterizou como de “uma geração que

“Não é fácil aceitar que o salário de uns seja pouco superior a 500 euros e o de outros seja superior a 50 mil euros”

JOÃO TORRES

não viveu o combate à ditadura”, João Torres argumentou que é importante “defender a nossa história, a nossa cultura, a língua, o território, o capital humano e aqueles que têm menos recursos. Dinamizar a economia, as instituições, os movimentos sociais. E desafiar os preconceitos, o conservadorismo, a cartilha neoliberal, desafiar os cidadãos a ser mais participativos”. ■

ALEGRE AGRACIADO COM PRÉMIO NO DIA DA LIBERDADE

O ESCRITOR e poeta Manuel Alegre foi agraciado com o Prémio Vida Literária 2015/2016, instituído pela Associação Portuguesa de Escritores, em cerimónia presidida pelo Presidente da República, que assinalou a data de 25 de abril, por si escolhida, como o "dia certo" para distinguir o homenageado.

"Faz hoje 42 anos que renasceu a liberdade em Portugal, o dia certo para homenagear Manuel Alegre, o homem e a carreira. Porque se há criadores em que obra e vida se fundem, ele é um

deles", afirmou o Presidente da República.

Marcelo Rebelo de Sousa deixou ainda um elogio pessoal ao homenageado. "Significa a luta pela liberdade, a resistência à ditadura, a capacidade de perceber o que é fundamental no ser português, a capacidade de transmitir a alma portuguesa, a reconstrução da História de Portugal e uma junção única entre o lirismo e o lado épico e militante da poesia", afirmou. No discurso que proferiu, Manuel Alegre chamou a atenção para a prioridade que a disci-



plina de História deve voltar a merecer no ensino, desejo que foi "integralmente" corroborado por Marcelo Rebelo de Sousa, tendo aproveitado também para saudar a intervenção "pedagógica" do Presidente da Re-

pública na sessão solene do 25 de Abril.

"Deixo aqui um apelo ao senhor Presidente da República, ao primeiro-ministro e aos deputados para que a disciplina da História volte a ser uma priori-

dade no ensino", defendeu. Depois, saudou o discurso "pedagógico" proferido, horas antes, por Marcelo Rebelo de Sousa na Assembleia da República. "Há qualquer coisa no ar, há qualquer coisa que está a renascer. Um certo espírito de abril começou a renascer hoje na sessão da Assembleia da República com a presença dos militares de abril, que há uns tempos que já lá não iam, e com o discurso do senhor Presidente", sublinhou.

A cerimónia, que decorreu no salão nobre da sede da Caixa Geral de Depósitos, contou ainda com a presença do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, do primeiro-ministro, António Costa, do ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, e de outras personalidades ligadas à política e à cultura. ■

MÁRIO SOARES RECEBE CHAVE DA CIDADE DE LISBOA

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, entregou no dia 25 de abril a Mário Soares a chave da cidade de Lisboa, homenageando o antigo Presidente da República com a mais alta distinção atribuída pelo município a personalidades com relevância nacional e internacional.

A escolha da data em que se

assinalam os 42 anos da revolução de 25 de abril de 1974, como salientou o presidente da autarquia, revestiu-se de um simbolismo especial que pretendeu homenagear uma personalidade ímpar, de entre os "constructores da democracia portuguesa".

"Foi com muita emoção que fiz a entrega da chave da cidade a Mário Soares. Entre os cons-



trutores da democracia portuguesa, Mário Soares ocupa um lugar muito especial", assinalou Fernando Medina, que realçou ainda o caráter de "referência" que o antigo Presidente da República representa para as gerações mais jovens. "A minha geração deve muito a Mário Soares. Por isso, atribuímos-lhe a mais alta distinção da cidade de Lisboa, num dia muito especial, o 25 de Abril", acrescentou.

A cerimónia decorreu na Fundação Mário Soares, em Lisboa, tendo estado também presente o vice-presidente da autarquia, Duarte Cordeiro. ■

ANTÓNIO ARNAUT CONDECORADO COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DA LIBERDADE

O PRESIDENTE da República condecorou António Arnaut e João Lobo Antunes, no dia 25 de Abril, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, sublinhando o reconhecimento pela carreira que os distinguidos dedicaram ao serviço da liberdade, da democracia e da Constituição no domínio da saúde.

"Não há verdadeira democracia, como não há verdadeira liberdade, sem a efetivação dos direitos económicos, sociais e

culturais. Um deles, cimeiro, é o direito à saúde", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa na cerimónia, que decorreu na sala dos Embaixadores do Palácio de Belém, onde voltou a evocar os 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

O chefe do Estado referiu-se a António Arnaut como um "nome indelevelmente ligado ao Serviço Nacional de Saúde, não apenas como constituinte, mas também como governante



e paladino ao longo de décadas na defesa daquilo que é a efetivação de um direito fundamental dos portugueses".

António Arnaut, por seu lado, sublinhou o significado da data escolhida para a cerimónia. "Há 12 anos, o Presidente [Sam-

paio] concedeu-me o grau de grande oficial, também no dia 25 de Abril. Não é por acaso que as coisas acontecem a 25 de Abril. Tem grande significado para mim, sentimental, político, patriótico. Sempre lutei pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril", lembrou o fundador do Partido Socialista. "Só há liberdade a sério se o cidadão for libertado do medo do futuro, do medo de procurar cuidados de saúde e não os ter, do medo de querer trabalhar e não ter como", acrescentou.

Presentes na cerimónia estiveram o primeiro-ministro, António Costa, e o ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, entre diversas outras personalidades. ■

ANTÓNIO COSTA REÚNE COM GP/PS

PROGRAMA DE ESTABILIDADE GARANTE CONSOLIDAÇÃO EXIGENTE

O Secretário-geral do PS e primeiro-ministro, António Costa, reiterou no dia 20 de abril que o Programa de Estabilidade permitirá fazer uma consolidação orçamental "exigente", assente em "estimativas prudentes de crescimento", e tornar a nossa economia mais dinâmica, mais qualificada e mais competitiva.



FALANDO no final da reunião com o Grupo Parlamentar do PS, António Costa salientou ainda que o plano orçamental do Governo conjuga o cumprimento dos diferentes compromissos assumidos, nacionais e europeus, e sustentou que a execução orçamental deste ano está em linha com as previsões traçadas pelo Executivo.

"O que corresponde ao Programa de Estabilidade é o cumprimento conjugado dos diferentes compromissos assumidos. Por um lado, temos compromissos exigentes em matéria de consolidação orçamental, mas, por outro lado, os compromissos assumidos pelo PS com os

portugueses e também os que foram acordados com os parceiros políticos que formam a maioria na Assembleia da República", começou por dizer o líder socialista.

António Costa frisou também que o Governo "tem sempre elaborado cenários prudentes e conservadores", o que tem permitido antecipar "grande parte das previsões que agora têm surgido" e acomodar o ritmo de redução do défice previsto no Programa de Estabilidade, que "está ajustado ao ritmo do crescimento da economia".

"As nossas previsões estão em linha com o quadro de previsões macroeconómicas que estive-

ram na base do orçamento do Estado para 2016", acrescentou. António Costa desmistificou depois a previsão de algumas medidas que têm vindo a ser noticiadas e que, afirmou, "não correspondem à realidade". Sendo perentório em afastar qualquer aumento no IVA ou alterações no IRS e assegurando também que a descida no IVA da restauração se mantém, como previsto, para julho próximo.

"A surpresa é a ausência de surpresas"

"A descida do IVA da restauração está no Orçamento do Estado para 2016, foi aprovada pela

Assembleia da República, foi promulgada pelo Presidente da República e está publicada em 'Diário da República'", enfatizou. Também em relação aos anúncios sobre o aumento do IVA, explicou que "isso não vai acontecer". "Não vai haver nenhum aumento do IVA, nem para 24, nem para 25 por cento, nem para os bens essenciais, nem para os bens não essenciais". António Costa acrescentou ainda que "também não haverá alterações ao IRS, para além daquilo que está previsto, que é prosseguir com a eliminação da sobretaxa em 2017", assim como, em matéria de IRC, o que está previsto "é um conjunto de

incentivos a desenvolver nos programas de capitalização e Startup Portugal".

"Portanto, a surpresa é a ausência de surpresas", resumiu.

O líder socialista apontou depois para a discussão essencial em torno das linhas estratégicas para o futuro do país, traduzidas no Programa Nacional de Reformas.

"Muitas das medidas resultam de propostas de parceiros sociais ou de partidos, até mesmo do PSD, esperando o Governo que essas mesmas medidas permitam mobilizar o país na resolução dos problemas estruturais que têm bloqueado a economia", afirmou. ■

MODERNIZAR E SIMPLIFICAR A JUSTIÇA PARA MELHORAR DESEMPENHO DA ECONOMIA

A MINISTRA da Justiça, Francisca Van Dunem, defendeu no Parlamento que a tarefa fundamental do Governo no sector que tutela passa por agir ao nível da organização, modernização e simplificação, contribuindo assim para melhorar o desempenho da economia.

A titular da pasta da Justiça identificou um conjunto de constrangimentos sentidos pelo tecido empresarial na sua relação com o sistema judiciário, nomeando a complexidade e morosidade dos procedimen-

tos administrativos e o congestionamento dos tribunais com processos executivos como alguns dos obstáculos que exigem intervenção.

"O Programa Nacional de Reformas assume estes constrangimentos e identifica a modernização como pilar essencial da sua concretização", afirmou Francisca Van Dunem, defendendo que, mais do que legislar, importa "alterar a metodologia em matéria de reformas e identificar outras soluções".

A governante concretizou



que a prioridade da intervenção no sector deve orientar-se para a organização, simplifica-

ção e modernização tecnológica, permitindo assim "desbloquear o congestionamento dos

tribunais e assegurar o regular funcionamento da justiça", melhorando as condições para o investimento e o desenvolvimento da atividade económica. O combate à corrupção, assumiu, é outra das prioridades inscritas no Programa Nacional de Reformas, elencando um conjunto amplo de ações, quer no campo da prevenção, quer no da repressão.

"Este Governo não renuncia ao dever de agir", sublinhou.

A ministra anunciou ainda que o Governo apresentará no Parlamento, em maio, a proposta para um novo Mapa Judiciário, que abranja todo o país e seja resultado de "amplo consenso".

A proposta traduzirá "um modelo próximo do que existia, de agregação de comarcas", disse, acrescentando que poderá ser "implementado gradualmente", abrangendo todo o país. ■



CONSELHO DE MINISTROS APROVOU PROGRAMA DE REFORMAS **ALINHAR A COMPETITIVIDADE DO PAÍS COM A EUROPA**

O Programa Nacional de Reformas (PNR) contempla um orçamento global, até 2020, de 25 mil milhões de euros, sendo metade proveniente de fundos comunitários e 6,7 mil milhões de participações nacionais.

O ANÚNCIO foi feito no dia 21 de abril numa conferência de imprensa conjunta pelo ministro do Planeamento, Pedro Marques, e o ministro das Finanças, Mário Centeno. Estes dados foram avançados pelo titular da pasta do Planeamento, após ter sido aprovado em Conselho de Ministros, o Programa Nacional de Reformas (PNR) e o Programa de Estabilidade – anteriormente designado por Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Desdramatizando as dúvidas que põem em causa a capacidade de Portugal poder investir 6,7 mil milhões de euros nos próximos anos no PNR, Pedro Marques lembrou aos mais céticos que esta verba se refere a um investimento “que pouco ultrapassará os mil milhões de euros ano”, lembrando que a parte nacional, para além da participação do Orçamento do Estado, receberá contribu-

tos do Plano Juncker e do Banco Europeu de Investimento. O governante fez ainda questão de salientar que as verbas nacionais serão provenientes de “todos os ministérios”, representando “escolhas de políticas públicas”, traçando aqui uma linha de demarcação em relação ao anterior Governo de direita do PSD/CDS, garantindo que agora o que o Executivo socialista pretende não é andar para trás com o país, mas “alinhar Portugal” com os restantes parceiros europeus em “matéria de competitividade”, através de uma aposta na qualificação de recursos humanos, das empresas, na modernização do Estado e no território. Das 140 medidas incluídas no PNR, “todas calendarizadas e orçamentadas”, Pedro Marques destacou, a título de exemplo, algumas das áreas onde este programa irá incidir, designadamente na educação, na inovação, na

contratação de docentes, na abertura de vagas na rede pré-escolar, na atração de investimentos anora, na aposta na mobilidade elétrica e na reabilitação urbana, para além da “concessão de melhores condições ao nível da inserção das empre-

do total discordância em relação à via seguida pelo anterior Governo, afirmando que “está provado” que não foi por via da “degradação das condições laborais, sociais e salariais que Portugal conseguiu reganhar competitividade”.

mou, para que Bruxelas aprove o Plano de Estabilidade, alertando que conta com a flexibilidade deste documento para não ter de “apertar mais o cinto no próximo ano”. Depois de afastar qualquer hipótese de aumento de impostos no âmbito do Programa de Estabilidade, nomeadamente do IVA, bem como corte de salários e pensões, o ministro das Finanças garantiu que a consolidação orçamental “será muito mais acelerada em relação ao que estava previsto no programa do Governo”. Em relação ao défice, Mário Centeno lembrou que a previsão inicial apontava para 2,8% do produto para 2016 e que, “após as negociações com Bruxelas”, foi ajustada para 2,2%, meta que o Governo prevê que, no final da legislatura, em 2019, possa atingir um saldo positivo nas contas públicas de 0,1% do PIB. ■

140

É o número de medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas, todas calendarizadas e orçamentadas

sas no mercado exportador”. Para o ministro Pedro Marques, este documento representa mesmo “um programa de ação para a modernização da economia portuguesa”, ao pretender alinhar o país “para cima e não para baixo”, manifestan-



JORGE FERREIRA

TREZENTOS CENTROS PARA QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL ATÉ 2017

O MINISTRO Vieira da Silva foi a Coimbra anunciar numa sessão pública, no âmbito do Programa Nacional de Reformas, o propósito do Governo de aumentar em 26% o número de centros para a qualificação e ensino profissional, passando dos atuais 238 para 300 já em 2017.

Criticando o que disse serem os baixos níveis de atividade de muitos dos centros para a qualificação e ensino profissional, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantiu que o propósito do Governo tem como objetivo imediato, não só "alargar a rede" e aumentar os níveis de atividade dos centros, mas igualmente proceder de forma sustentada "ao reforço de equipas".

Para isso, disse Vieira da Silva, os centros, os existentes e os que o Governo quer criar, vão "incrementar respostas em articulação" com outras estruturas, como escolas profissionais, centros de emprego ou gabinetes de inserção profissional, de modo a que se "avance na construção de percursos de formação personalizados", respondendo assim à "exigência da diversidade de públicos", referiu. ■



JORGE FERREIRA

GOVERNO AVANÇA COM UNIVERSALIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

O ENSINO pré-escolar vai ser alargado para as crianças de quatro anos de idade e, a partir de 2018/2019, para as de três anos. O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, em Coimbra.

Segundo Tiago Brandão Rodrigues, até 2018 o pré-escolar abrangerá as crianças de quatro anos de idade e será preparada "a universalização aos três anos", com base em projeções demográficas, de modo a que, em 2020, a educação pré-escolar abranja todas as crianças a partir dos três anos de idade.

O programa do alargamento do ensino pré-escolar visa que, "paulatinamente, todas as crianças com cinco, quatro e três anos" tenham acesso ao pré-escolar, disse o ministro, que falava aos jornalistas, à margem da apresentação do eixo "Qualificar os portugueses", do Programa Nacional de Reformas (PNR). "Sabemos que, neste momento, o país tem assimetrias enormes e temos de melhorar a oferta", reconheceu, adiantando que, por isso, está a ser feita "uma leitura cuidada da rede existente", nesta área, para ser completada de modo que, "até 2020, possamos ter essa universalização do pré-escolar".

Tiago Brandão Rodrigues indicou também que o Governo quer um "reforço sistemático" de 3,3% ao ano, na ação social escolar, de forma a promover a equidade no ensino. "É preciso reforçar a ação social escolar, de modo a promover a equidade do sistema educativo", disse o ministro. ■



INDÚSTRIA 4.0 QUER COLOCAR EMPRESAS NA VANGUARDA DA INOVAÇÃO

O primeiro-ministro, António Costa, presidiu no dia 21 de abril à apresentação da iniciativa Indústria 4.0 que visa apoiar a digitalização da economia de forma a colocar as empresas portuguesas na linha da frente da inovação.

COM um valor global de 414 milhões de euros, totalmente suportados por fundos comunitários, a Indústria 4.0 pretende chegar a mais de nove mil empresas e insere-se na área de inovação na economia do Programa Nacional de Reformas.

Nesta cerimónia, que decorreu em Ílhavo, distrito de Aveiro, estiveram também presentes o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, e os secretários de Estado da Indústria, João Vasconcelos, e do Turismo, Ana Mendes Godinho. "Portugal tem uma escolha a fazer: ou nos viramos para o futuro, e apostamos em estar na crista da onda desta nova revolução tecnológica, ou continuamos a discutir o passado sem avançarmos", afirmou o primeiro-ministro.

Sublinhando que a aposta na tecnologia é "crítica para a indústria portuguesa", António Costa sublinhou que "é por este motivo que a Europa está a assumir a revolução tecnológica industrial como uma prioridade. E Portugal tem de fazer parte desta Europa".

António Costa afirmou também que, do Plano Nacional de Reformas aprovado em Conselho de Ministros, constam mais dois pilares relacionados com este objetivo: a inovação e a capitalização das empresas.

Parcerias entre empresas e universidades

Para que haja inovação, sustentou o chefe do Governo, "é essencial relacionar o saber produzido nas universidades e nos institutos politécnicos com a atividade desenvolvida pelas empresas".

Depois de lembrar que "o programa Startup Portugal multiplica a energia empreendedora do país", António Costa disse que "a inovação se alimenta de duas componentes", que são a qualificação dos recursos humanos e a aprendizagem ao longo da vida.

"Daí a importância do alargamento da rede pré-escolar, uma vez que os dados estatísticos também nos dizem que, quanto mais cedo vão para a escola, menor é o risco de abandono es-

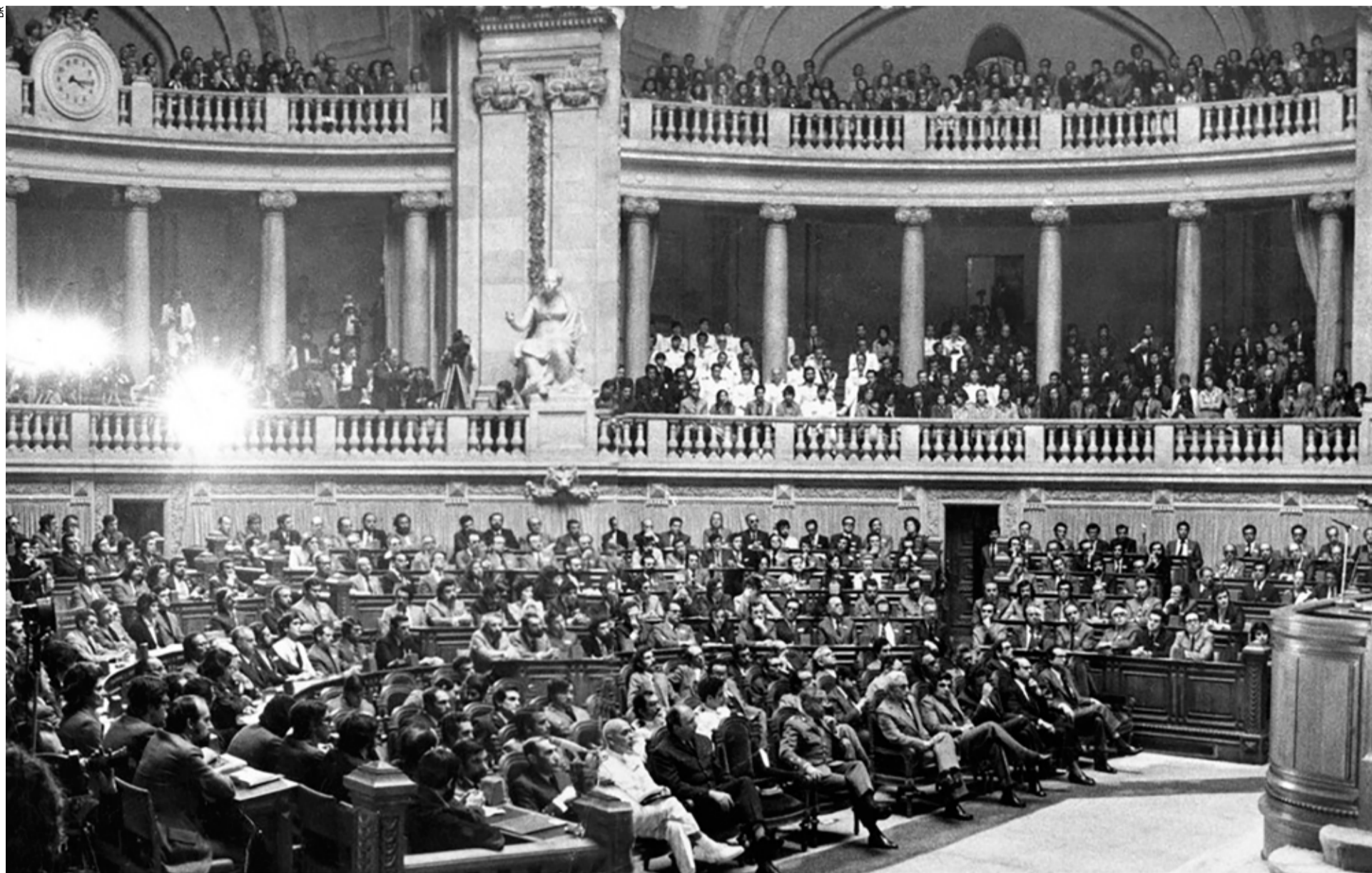
colar pelos jovens", disse o primeiro-ministro.

Mas também, frisou, "a aprendizagem ao longo da vida é importante, para garantir que o sucesso desta revolução industrial não é destruído pela disrupção social que ela mesma produz".

Por outro lado, António Costa identificou a capitalização das empresas como "um dos maiores bloqueios da economia portuguesa", pelo que, disse, "é um problema que temos de fazer frente de uma vez por todas, de forma a aproveitarmos a oportunidade histórica de liquidez disponível na Europa, como há muito não acontecia".

Referindo que "o Plano Nacional de Reformas foi pensado como um todo", António Costa defendeu que agora é preciso "que as políticas públicas e as necessidades do tecido empresarial se articulem".

"Ao Governo cabe criar as políticas públicas, às empresas cabe a iniciativa privada. Devemos juntar-nos para vencer esta revolução com sucesso", acrescentou. ■



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA FAZ 40 ANOS

Foi a 2 de abril de 1976 que os deputados constituintes aprovaram o texto fundamental da democracia portuguesa, culminando dez meses e cerca de mil horas de trabalho, entre sessões plenárias e comissões especiais.

“**QUE** tenhamos sabido ser dignos de nós próprios, dotando a nossa pátria com uma Constituição que, na sua essência, saiba resistir à prova do tempo”, foi o voto então formulado pelo presidente da Assembleia Constituinte, Henrique de Barros. Na sessão da manhã desse segundo dia de abril, foram lidos na íntegra os quase 300 artigos da Lei Fundamental, começando pelo preâmbulo que afirma o primado do Estado de Direito e a decisão de “abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito pela vontade do povo português”. A segunda sessão do dia, da parte da tarde, foi dedicada às declarações políticas.

“Se a Constituição não é perfeita, é efetivamente uma Constituição avançada, uma Constituição que dignifica Portugal e que consagra direitos essenciais para os trabalhadores portugueses. A nossa Constituição instituiu em Portugal um Estado de Direito. Desenha um ordenamento equilibrado dos órgãos de soberania e dos poderes do Estado”, considerou na ocasião Mário Soares. Para trás ficavam 132 sessões plenárias e 327 sessões das 13 comissões especializadas constituídas, que ocuparam ao longo de 10 meses os trabalhos dos 250 deputados constituintes, eleitos a 25 de abril de 1975.

Votaram favoravelmente o texto os 116 deputados do PS, liderado por Mário Soares, os 81 deputados do PPD, liderado por Francisco Sá Carneiro, os 30 deputados do PCP, liderado por Álvaro Cunhal, os 5 deputados do MDP/CDE, liderado por José Manuel Tenggarrinha, o deputado da UDP, João Pulido Valente, e o deputado da ADIM, Diamantino de Oliveira Ferreira. Os 16 deputados do CDS, liderado por Diogo Freitas do Amaral, votaram contra. Ainda no mesmo dia, o Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, assinou solenemente no hemiciclo o decreto de promulgação da Constituição,

“Se a Constituição não é perfeita, é efetivamente uma **Constituição avançada**, uma Constituição que dignifica Portugal e que **consagra direitos essenciais** para os trabalhadores portugueses”

MÁRIO SOARES

meiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, e restantes membros do Governo Provisório, e das autoridades judiciais e militares.

“Estamos certos de que será aperfeiçoado e melhorado e temos esperanças de que as sucessivas legislaturas consigam obter esse desiderato. Estamos certos de que o seu tratado essencial poderá igualmente permanecer”, prenunciava o deputado constituinte do PS José Luís Nunes. Sete revisões decorridas, aperfeiçoado e melhorado, o texto fundamental da democracia portuguesa soube “resistir à prova do tempo”, na feliz expressão de Henrique de Barros. ■

na presença dos deputados constituintes, dos conselheiros da Revolução, do pri-

MÁRIO SOARES DISTINGUIDO COMO PRIMEIRO DEPUTADO HONORÁRIO

O **PRESIDENTE** da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, entregou a Mário Soares o diploma de deputado honorário, distinguindo simbolicamente o antigo Presidente da República e fundador do PS com o primeiro dos títulos honorários que serão atribuídos a todos os deputados constituintes ainda vivos.

A entrega decorreu na Fundação Mário Soares, em Lisboa, na presença dos vice-presidentes da Assembleia da República, Jorge Lacão, Duarte Pacheco, José Manuel Pureza e Teresa Caeiro.

Depois da distinção a Mário Soares, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi o segundo deputado constituinte a receber o diploma, no Palácio de Belém.

No passado dia 31 de março, o Parlamento aprovou por unanimidade a atribuição do título de deputados honorários aos membros da Assembleia Constituinte de 1975-1976, no âmbito da comemoração dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

Após a distinção simbólica a Mário Soares e ao Presidente da República em exercício, o



JORGE FERREIRA

Salão Nobre da Assembleia da República foi palco da cerimónia de distinção aos restantes constituintes.

Na cerimónia, tomaram a palavra Ferro Rodrigues e an-

tigos constituintes que são atualmente deputados à Assembleia da República, entre os quais os parlamentares socialistas Helena Roseta e Júlio Miranda Calha. Está ain-

da prevista a intervenção do constitucionalista e professor universitário Jorge Miranda, em nome dos antigos deputados à Assembleia Constituinte. ■

OS 116 CONSTITUINTES DO PS

Foram 116 os deputados à Assembleia Constituinte eleitos pelo Partido Socialista, vencedor das primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal, realizadas simbolicamente no dia 25 de abril de 1975. Saiba quem foram os constituintes socialistas que participaram na elaboração da Constituição da República Portuguesa. Os 116 constituintes do PS, por círculo eleitoral:

Aveiro

Carlos Candal
Mário Cal Brandão
Alcides Strecht Monteiro
Manuel Ferreira dos Santos Pato
José Fernando Silva Lopes

Beja

António Lopes Cardoso
Raquel Franco
Luís Cacito

Braga

Armando Bacelar*
Francisco Tinoco de Faria
António Mota Prego
Adelino Augusto Miranda de Andrade
Jerónimo da Silva Pereira

*substituído, por opção por função incompatível, por Agostinho de Jesus Domingues

Bragança

Raul Rego

Castelo Branco

Manuel João Vieira

Alfredo Pinto da Silva
Júlio Pereira dos Reis
Mário de Deus Branco
Francisco Carlos Ferreira

Coimbra

Henrique de Barros
Manuel Alegre
António Campos
António Arnaut
Vítor Brás
Manuel Francisco da Costa
Joaquim Magalhães

Évora

Pedro Coelho*
Etelvina Lopes de Almeida
Joaquim Laranjeira Penderlico

*substituído, por opção por função incompatível, por António Diogo Teles

Faro

Luís Filipe Madeira
Emídio Serrano
António José Esteves
Eurico Mendes
Eurico Correia
Manuel Monteiro

Guarda

João Pedro Miller Guerra
Maria Helena Oliveira Lopes

Leiria

Jorge Campinos*
António Aires Rodrigues
Luís Kalidás Barreto
Vasco da Gama Fernandes
Amílcar de Pinho

*substituído, por opção por função incompatível, por Álvaro Neto Orfão

Lisboa

Mário Soares*
José Magalhães Godinho
Mário Sottomayor Cardia
Francisco Marcelo Curto
Alfredo Fernando de Carvalho

Florival da Silva Nobre
Mário Mesquita
José Medeiros Ferreira
Maria Teresa Vidigal
Alberto Arons de Carvalho
Amarino Peralta Sabino
Aquilino Ribeiro Machado
Carlos Alberto Leitão Marques
João Joaquim Gomes
José Alberto Menano do Amaral
Teófilo Carvalho dos Santos
José de Sousa Monteiro
Carlos Andrade Neves
Vasco Moniz
Luís Covas
Carmelinda Pereira
Alberto Avelino
Jorge das Dores Ramos
Francisco Igrejas Caeiro
Gualter Basílio
Armando Soares
Nuno Godinho de Matos
Mário Pina Correia
Rui Ferreira da Cunha

*substituído, por opção por função incompatível, por Luís Cidade Pereira de Moura

Porto

António Macedo
Francisco Salgado Zenha*
Sofia de Mello Breyner
José Luís Nunes
Carlos Laje
Rui Sampaio
Alberto da Silva Andrade
Manuel Pereira Pires
Maria Emília Moreira da Silva
António Sousa Pereira
Rui Feijó
Manuel Canijo
Laura Cardoso
Manuel de Sousa Ramos
Adelino Teixeira de Carvalho

Bento Elísio de Azevedo
Eurico Telmo de Campos
António Areias

*substituído, por opção por função incompatível, por Fernando Tomé dos Santos

Portalegre

Júlio Miranda Calha
Domingos Pereira
João Barrento Henriques

Santarém

António Reis
José Nisa
Manuel Pereira Dias
Rui Cordeiro
Pedro da Cruz
Ladislau Botas
Luís Rosado Gonçalves
Vitorino Vieira Dias

Setúbal

António Pereira Rodrigues
Alberto Antunes
Fernando Capelo Mendes
Afonso do Carmo
Manuel da Mata Cáceres
Artur Pereira dos Santos
Maria Viegas Vitorino
Viana do Castelo
Alberto Oliveira e Silva
Manuel Tito de Morais

Vila Real

Luís Roseira
António Teles Grilo

Viseu

João Viera de Lima
Álvaro Monteiro
Ponta Delgada
Jaime Gama

Funchal

António Monteiro de Aguiar

Moçambique

Rosa Maria Antunes Rainho ■

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ENALTECE LEGADO DOS CONSTITUINTES À DEMOCRACIA



JORGE FERREIRA

O presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, enalteceu no dia 14 de abril o legado dos deputados constituintes, agradecendo-lhes o serviço prestado ao Parlamento e à Democracia.

NA CERIMÓNIA que homenageou os deputados que elaboraram e aprovaram a Constituição da República Portuguesa, que comemora este ano o 40º aniversário, o presidente do Parlamento elogiou também a dedicação à causa pública de todos os deputados que sucederam aos constituintes, garantindo que, "como presidente de todos os deputados", irá bater-se contra o populismo e o antiparlamentarismo. "Os progressos de 40 anos da

Constituição são mérito dos constituintes mas também dos deputados que lhes sucederam ao longo das legislaturas. Os sucessos da democracia são mérito de todos aqueles que a serviram e servem, com dedicação à causa pública, empenhamento por dever cívico e não por quaisquer outros interesses que não o seu entendimento sobre o interesse dos portugueses", afirmou Ferro Rodrigues.

"Como presidente de todos os

deputados não me cansarei de defender a dignidade da nossa função, as suas responsabilidades e direitos e de me bater contra o populismo e o antiparlamentarismo antidemocrático", vincou ainda.

Após a sua intervenção, que decorreu no Salão Nobre da Assembleia, Eduardo Ferro Rodrigues e os vice-presidentes Teresa Caeiro, José Manuel Puzos, Jorge Lacão e José Matos Correia entregaram aos antigos constituintes o diploma que

lhes confere o título de "deputado honorário", homenageando a sua participação na elaboração da Constituição da República Portuguesa.

Oportunidade que o presidente do Parlamento aproveitou para salientar que o texto fundamental "amadureceu bem" ao longo destes 40 anos. "A verdade é que a Constituição de 1976 amadureceu bem. Ao longo de 40 anos o sistema de governo tem funcionado, os direitos económicos, sociais e culturais

têm vindo a ser concretizados, e as garantias dos cidadãos são respeitadas, também através do Tribunal Constitucional como bem vimos recentemente nestes anos em que vigorou o programa de ajustamento económico e financeiro", afirmou. Entre os constituintes que tomaram da palavra, Helena Roseta, eleita em 1975 pelo PPD e hoje deputada socialista, evocou o "mistério" de ter sido possível então, "num ambiente de tanta tensão e confrontação", aprovar um texto que "passados 40 anos ainda orgulha a todos".

Por seu lado, Júlio Miranda Calha, também atual deputado e antigo constituinte, referiu-se à atividade parlamentar como "uma atividade nobre, que deve ser enaltecida". O deputado socialista lembrou o papel dos militares na revolução de Abril de 1974 e defendeu que o texto constitucional então aprovado era já o de uma "Constituição moderna", contemplando um conjunto de direitos e liberdades para os cidadãos, incluindo "direitos sociais" próprios do Estado Social. ■

DEPOIMENTOS DE CONSTITUINTES SOCIALISTAS

O Partido Socialista, como em tantos outros momentos marcantes dos 40 anos da democracia, deu um contributo decisivo para a elaboração da Lei Fundamental da República Portuguesa. Para assinalar o 40º aniversário do texto constitucional, o "Acção Socialista" recolheu os testemunhos de alguns dos deputados constituintes do PS que participaram na elaboração e aprovação da Constituição da República Portuguesa.

ANTÓNIO ARNAUT

A Constituição de 1976 é a escritura pública dos nossos direitos fundamentais. Mas entre esses direitos não estão apenas os tradicionais direitos civis e políticos, que alicerçam a democracia política. Estão também, com a mesma dignidade constitucional, os direitos económicos, sociais e culturais, que são fundamento da democracia económica, social e cultural. Isto significa que a nossa Lei-Mestra caracteriza a República Portuguesa como Estado Social de Direito Democrático. O Partido Socialista pode orgulhar-se de ter dado um contributo decisivo, pelo número e qualidade dos seus deputados, para a elaboração da Constituição, entre abril de 1975 e abril de 1976. A Constituição tem a marca do humanismo socialista e continua fiel, apesar de sucessivas revisões, aos valores

progressistas da Revolução de Abril. Gostaria de recordar de entre os seus obreiros, prestando homenagem a todos, três camaradas já desaparecidos: Miller Guerra, nas questões sociais, em particular no Serviço Nacional de Saúde; Sophia de Mello Breyner, nas questões culturais; e José Luís Nunes, nas questões da organização política. O dia 2 de abril, data da aprovação Lei Fundamental, é um dos dias mais altos da minha vida cívica. Como previu o nosso camarada Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte, a Constituição soube resistir à erosão do tempo.

ALBERTO ARONS DE CARVALHO

Foi com grande entusiasmo que me senti um modesto participante na construção da nossa Constituição. No fundo, na construção dos alicerces que constituem o nosso Estado democrático. Houve adversidades pelo meio mas ganhou a Liberdade, ganhou a Democracia, ganharam os Direitos fundamentais, ganharam os Direitos sociais. Com a Constituição da República, Portugal tem vivido talvez o mais longo período de estabilidade em liberdade. Hoje, recordando o Portugal de 75, não podemos deixar de lembrar todo um processo que nos levou à integração europeia e a sermos reconhecidos como um país aberto, moderno e plural. É certo que ainda passamos recentemente um momento de crise mas, inspirando-nos na Constituição, ganharemos força e vontade para fazermos mais e melhor por Portugal.

JÚLIO MIRANDA CALHA

Foram tempos de grande intensidade, com muitos acontecimentos marcantes na cena política portuguesa. Foram tempos inesque-

cíveis de aprendizagem com grandes vultos do regime democrático que tiveram um papel determinante na definição do quadro constitucional.

Foram também tempos exaltantes, de grande controvérsia entre um modelo europeu de democracia política e um modelo vanguardista que o PS soube vencer, associando a democracia política à edificação de instrumentos ainda hoje essenciais do Estado Social.

É com emoção que recordo que fui eleito nas primeiras eleições livres em Portugal, momento fundador da nossa República - também no meu caso particular relembro a fundação do Partido Socialista no círculo eleitoral onde fui eleito - Portalegre. Foi o melhor resultado do PS a nível nacional nessas eleições.

KALIDÁS BARRETO

Já passaram 40 anos desde que eu, juntamente com os camaradas do círculo de Leiria, pertencemos à Assembleia Constituinte de 1975-1976.

Foi um período interessante que ajudou a zelar pelos direitos, quer de empresários, quer de trabalhadores, através da Constituição, que até então desresponsabilizava os infratores. É evidente que os infratores ainda existem, passados 40 anos os esforços parecem pequenos, comparados com as necessidades do país.

Aquando da tomada de posse do atual Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa, o próprio disse: "Temos de sair deste clima de crise em que quase sempre vivemos".

Como ex-deputado, acredito no sucesso das gerações futuras e que juntos vamos conti-

nuar a lutar como cidadãos contra a fome, a miséria e as injustiças sociais.

MÁRIO MESQUITA

Os jovens de 2016 dificilmente entendem que a Assembleia Constituinte e, depois, a Constituição da República Portuguesa, atualmente criticada por várias correntes de direita, foram, de início, objeto de contestação pelas áreas de esquerda revolucionária. Era o preço dos equilíbrios possíveis entre o que, com muita impropriedade, se designava, em doutrinas influentes naquele tempo, por "liberdades formais" e "liberdades reais".

Mudaram os tempos. Considera-se hoje que a Constituinte foi uma encruzilhada decisiva para a democracia portuguesa. A ação dos constituintes e o próprio diploma constitucional situavam-se na zona de intempéries, não das opções de governo, mas da escolha do regime político.

Nas opções da arquitetura institucional da democracia portuguesa, prevaleceram os ensinamentos resultantes da memória balizada pela instabilidade governativa da República de 1910 e pelas características ditatoriais do salazarismo. Daí resultou um semipresidencialismo que foi oscilando, ao longo dos anos e também das revisões constitucionais, entre períodos de preponderância presidencial e outros de maior influência parlamentar.

Os deputados da presente Legislatura à Assembleia da República fizeram questão em sublinhar o serviço público prestado pelos Constituintes de 1975-1976. É um gesto simbólico com significado político relevante. Os constituintes de 1911 não tiveram semelhante reconhecimento. Não é necessário explicar porquê. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



TRAZER A CULTURA AO QUOTIDIANO DOS CIDADÃOS

O novo ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, afirmou que tem como objetivo central “trazer a cultura ao quotidiano dos cidadãos, não só nos grandes centros”, e apoiar os criadores e produtores culturais.

Falando aos jornalistas após a sua tomada de posse, Castro Mendes disse pretender uma “maior sensibilização dos cidadãos para a cultura” e apontou a RTP como um meio para atingir este objetivo.

A prioridade, frisou, “é trazer a cultura ao quotidiano dos cidadãos, para perto dos cidadãos, tanto dos grandes centros como a nível local, criar alianças entre as instituições, os poderes locais, as autonomias, as fundações e a sociedade civil”.

“É olhar, evidentemente, para os criadores e produtores culturais, ao mesmo tempo que incentivamos o uso da cultura pelos cidadãos”, afirmou Castro Mendes, sublinhando a necessidade “de uma maior sensibilização dos cidadãos para a cultura, e aí temos evidentemente, um instrumento que é a RTP, que já a está a ter”. ■

NEWSMUSEUM EM SINTRA

António Costa enalteceu, em Sintra, a liberdade de expressão e de comunicação como uma “das grandes conquistas do 25 de Abril”. O primeiro-ministro esteve presente na inauguração do NewsMuseum, que simbolicamente abriu portas à meia-noite de 25 de abril, elogiando a criação deste novo espaço dedicado às notícias, aos media e à comunicação. Na visita inaugural, António Costa esteve acompanhado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a quem foi concedida a honra de ser o visitante “número um”, que também partilhou o elogio ao novo espaço. “Um município, no exercício de um poder local verdadeiramente democrático, apoia uma iniciativa que é uma iniciativa de consagração da liberdade de imprensa, de liberdade de informação”, destacou. ■



ESCOLA COMO ESPAÇO DE CIDADANIA

Falar de Educação é falar de liberdade, pluralismo e de cidadania, defendeu Ana Catarina Mendes em Aveiro, numa sessão promovida pelo PS sobre a escola para o século XXI.

Para a Secretária-geral adjunta do PS, a política de Educação, citando Ana Maria Bettencourt, que participou também neste encontro, “não pode ser feita ao sabor do capricho de qualquer ministro”, devendo o sector ser olhado “com particular atenção” uma vez que se trata de um serviço público que é da

“máxima importância para o país”.

Defendendo que a educação, a cultura e a investigação são “três pilares essenciais para uma sociedade de sucesso e de desenvolvimento”, Ana Catarina Mendes sublinhou que a aposta no futuro passa em grande medida pela “qualidade do trabalho” e da participação que cada português consiga dar à sociedade.

Uma democracia não pode, em qualquer caso, sustentar a dirigente socialista, deixar para trás nenhuma criança cuja família se debata com condições socioeconómicas mais frágeis, devendo o Estado assumir a responsabilidade de lhe proporcionar as oportunidades para possam assumir na plenitude o seu direito à cidadania. ■

GOVERNO QUER CRIAR CENTROS DE CRISE PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

O Governo pretende criar centros de atendimento de crise para vítimas de violência sexual, anunciou a secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino.

Em Leiria, onde celebrou um protocolo com a associação “Mulher Século XXI”, a governante revelou que o Executivo está a trabalhar em conjunto com a Associação de Mulheres Contra a Violência para dotar o país do primeiro espaço para uma área onde ainda não existem respostas de crise.

Lembrando que Portugal foi o primeiro país a assinar a convenção de Istambul, que “alarga muito mais o que devem ser as respostas na área da violência contra



as mulheres e as raparigas”, Catarina Marcelino apontou a resposta à violência sexual como “um exemplo das áreas que iremos abordar”.

“Não é só melhorar na área da violência doméstica”, onde salientou que a legislação existente é já satisfatória, “precisamos é de melhorar a articulação”, frisou. ■



É TEMPO DE SERMOS UMA EUROPA DE SOLIDARIEDADE

A vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Susana Amador, apelou no dia 20 de abril à ação e à solidariedade face à crise migratória que se vive na Europa. A deputada defendeu “uma Europa, farol de luz e de solidariedade, honrando as convenções internacionais subscritas e o catálogo de direitos da Convenção de Genebra”.

Ao intervir durante o período de declarações políticas na Assembleia da República, Susana Amador sublinhou a necessidade “de falar claro, sem palavras proibidas, porque proibido deveria ser morrer sem esperança nos olhos. A vice-presidente do GP/PS entende que chegou o tempo de “perceber o alcance das palavras proteção internacional, refugiado, perseguição, guerra e direitos humanos”. ■

MAIS DE 400 PROJETOS DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL APROVADOS

O Governo aprovou já, em abril, incentivos no valor de 513 milhões de euros para 444 projetos de inovação empresarial, no âmbito do programa Portugal 2020, anunciou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

Pedro Marques revelou ainda que os projetos aprovados representam cerca de mil milhões de euros de investimento das empresas, sobretudo pequenas e médias empresas (PME), que podem criar cerca de 5500 postos de trabalho, “dando um impulso muito importante ao crescimento, ao investimento e ao emprego”. Do total de projetos aprovados, mais de metade são do norte do país, com o governante a salientar a “grande dinâmica” das PME da região envolvidas, e também do centro do país, considerando ser “uma boa notícia” poder “espalhar a criação de emprego por todo o território”. ■

GOVERNO DEMONSTROU QUE HÁ OUTRO CAMINHO

O Governo provou que há outro caminho para a consolidação orçamental e está a cumprir as regras europeias, mas também os compromissos celebrados com os partidos que o apoiam, afirmou no dia 22 de abril António Costa, no final de uma reunião com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em Évora.

“NÃO POMOS em causa o objetivo de fazer o esforço de consolidação das finanças públicas, mas demonstrámos, com este Programa Nacional de Reformas, com este Programa de Estabilidade, que há um caminho distinto daquilo que vinha a ser seguido”, sublinhou. O primeiro-ministro reiterou que “esta consolidação far-se-á sem corte de salários, sem cortes nas pensões, sem aumento do IRS, sem aumento do IVA, portanto, sem o conjunto

de medidas que marcaram muito a austeridade nos últimos anos em Portugal”.

Sobre o Programa de Estabilidade que contém as metas orçamentais para o período 2016-2020, o primeiro-ministro reafirmou a tese de que o Governo do PS está a seguir uma estratégia distinta face ao anterior Executivo PSD/CDS.

“É um programa que demonstra que é possível haver mais do que um caminho para a consolidação orçamental, respeitan-



JORGE FERREIRA

do os compromissos eleitorais com os portugueses, respeitando os compromissos que temos com as diferentes forças políticas que asseguram a maioria parlamentar na Assembleia da República, e assegurando que vamos ter maior crescimento, melhor emprego, maior igualdade”, disse.

O Governo, sublinhou António Costa, propõe-se fazer “uma contenção responsável da despesa, que não sacrifica nem os salários nem as pensões”, e

“uma gestão prudente da receita, não atingindo os rendimentos do trabalho, não agravando a tributação sobre as empresas, não aumentando o IVA”.

“Entre as perspetivas de crescimento económico e uma gestão responsável da despesa, alcançamos essas metas”, acrescentou.

Por outro lado, o primeiro-ministro disse que partilha o otimismo do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em relação à avaliação que a

Comissão Europeia fará do Programa de Estabilidade apresentado pelo Governo português.

“Naturalmente, hoje mais centrada no Programa Nacional de Reformas e no Programa de Estabilidade, e nas perspetivas da sua boa receção em Bruxelas”, disse, acrescentando: “O senhor Presidente tem uma visão otimista sobre essa matéria. Eu acompanho-o nessa visão”.

“Não é só uma questão de otimismo, é uma questão de realismo”, salientou. ■

PARLAMENTO DEBATE ALTO RENDIMENTO OLÍMPICO E PARAOLÍMPICO EM 2016

Uma jornada enriquecedora e gratificante sobre o desporto de alto rendimento, olímpico e paraolímpico teve lugar no Parlamento, no âmbito da Comissão de Cultura Comunicação, Juventude e Desporto.

NA OCASIÃO, Edite Estrela, presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, saudou a iniciativa e, no discurso de encerramento, pontualizou os diversos assuntos abordados, sublinhando ideias e contributos deixados para reflexão e debate na casa da Democracia.

De entre os assuntos debatidos, a parlamentar do PS revisitou brevemente a história do desporto, incluindo as suas dimensões patrimonial e cultural.

“Falou-se da situação desportiva nacional. Das dificuldades vividas, sentidas e percecionadas pelos diferentes agen-

tes desportivos”, referiu Edite Estrela, para de seguida retomar “os testemunhos dos e das atletas de alto rendimento, que são embaixadores de Portugal”, e que alertaram “para problemas nem sempre conhecidos e raramente com visibilidade pública”.

“O testemunho de uma treinadora levantou o problema das persistentes discriminações da mulher. Falou-se também dos números e estatísticos da atividade desportiva em geral e em especial dos referentes aos atletas olímpicos. Das dificuldades de acesso ao desporto de alto rendimento e dos obstácu-



los à conciliação entre prática desportiva e formação profissional”, referiu a deputada, sublinhando de seguida a “inegável importância das políticas públicas na promoção do desporto escolar”.

Também fez alusão ao papel das autarquias no apoio a clubes e associações e na massificação da prática desportiva, à “salutar” influência da atividade desportiva ao longo da vida, à necessidade de mobilização e

valorização de todos os atores do sistema desportivo: clubes, associações, praticantes, técnicos, dirigentes e famílias.

No ponto dedicado ao financiamento do sistema desportivo, especialmente através de verbas do Orçamento do Estado, em tempos de crise, Edite Estrela expressou a convicção de que ele é sem dúvida “importante”, mas não determinante da excelência desportiva.

“O inverso também é verdadei-

ro. Há países com baixos índices de desenvolvimento económico e social e que, no entanto, revelam uma invejável superioridade olímpica. As medalhas são ganhas por atletas de países ricos mas também de países pobres”, explicou.

Refira-se que a conferência “Alto rendimento desportivo, projeto olímpico e paraolímpico Rio 2016 e desafios para os próximos ciclos olímpicos” contou com a participação de responsáveis do Museu Nacional do Desporto, da Confederação do Desporto de Portugal, dos presidentes dos comités olímpico e paraolímpico portugueses, bem como do Instituto Português do Desporto e Juventude.

Testemunhos foram deixados pelos atletas Arnaldo Abrantes (atletismo), David Grachat (natação), Telma Monteiro (judo), Rui Bragança (taekwondo) e Sílvia Saiote (ginástica), além, da treinadora Sameiro Araújo. ■

AZIA
**ANTÓNIO CORREIA
DE CAMPOS**


“ E vai de encarregar uma sua antiga ministra de chamar nomes à coligação, aproveitando o "prime time" parlamentar dos discursos do 25 de Abril. Pior a emenda que o soneto

A azia do PSD em relação à situação política atual é prolongada, desconfortável e chega a ser dolorosa. A perda da capacidade de constituir uma maioria para governar, a longa proteção que o anterior Presidente lhe concedeu, a convicção de que só ele detinha a chave para sair do labirinto da austeridade auto-infligida, o acintoso desprezo que votava às esquerdas, tudo isso e algo mais contribuiu para a enorme sensação de enfartamento forçado a que a direção do PSD foi submetida quando assistiu à constituição do governo de Costa.

A esperança de que um candidato nado, criado e mesmo criador do ancestral PPD, o atual Presidente, viesse repor o direito natural com que a direita assume o poder, atuou durante algumas semanas como antiácido. Afastou a sensação de dor temporária, mas não agiu sistemicamente. As primeiras declarações e intervenções do Presidente e a progressiva aceitação e depois até simpatia de que Costa passou a fruir exacerbaram a dor estomacal. Bem tentaram alguns dos seus tenores, aqui e em Bruxelas, explicar quão impossível seria deixar crescer este governo malsão. Sem sucesso. Esperava-se que Bruxelas recusasse o orçamento. Em vão. Esperava-se que o spread da dívida soberana castigasse a esquerda intrusa, a querer ombrear com os bem comportados. Em vão. Esperava-se que as agências de rating viessem repor a ordem natural de não deixar governar a esquerda. Em vão. Cansado de esperar e com a acidez a acumular no estômago, Passos empreende uma manobra ousada. Considerar-se a si próprio e aos seus companheiros uns verdadeiros sociais-democratas. Com esse slogan se apresentou a congresso. Porém, o disfarce não lhe assentou bem e o discurso saiu pífilo. E assim foi acumulando acidez, dispepsia, irritação.

Talvez fosse de utilizar outros para a "dirty job", essa tarefa execranda de desbastar as crescentes simpatias de Costa. E vai de encarregar uma sua antiga ministra de chamar nomes à coligação, aproveitando o "prime time" parlamentar dos discursos do 25 de Abril. Pior a emenda que o soneto. O discurso saiu agressivo, destemperado, contra a corrente do dia e cada vez mais distante do que o PSD esperava para vencer a acidez estomacal, reiniciar uma digestão tranquila e finalmente poder recomeçar nas atividades da vida diária.

Vai ter que pedir uma consulta médica ao Presidente. Como se viu na campanha, este conhece tudo sobre azias e más digestões. Sabe bem como "ferrar o estômago". Vai recomendar-lhe o "omeprazole" do bom-senso. ■

JORGE FERREIRA



CONGRESSO DE CAUSAS E ABERTO AO PAÍS

O XXI Congresso Nacional do PS vai realizar-se entre 3 e 5 de junho, na Feira Internacional de Lisboa, abrindo a sua organização a independentes, revelou no dia 4 de abril a Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, no final da Comissão Nacional do partido.

ANA CATARINA MENDES sublinhou que a reunião magna socialista decorrerá em três dias intensos, com a realização de vários debates, aberta à sociedade civil e com uma agenda para o país.

“Haverá uma nova filosofia de Congresso Nacional, que vai ser participado por todos os militantes, independentemente de serem ou não delegados, e por simpatizantes do Partido Socialista que a nós se queiram associar”, explicitou.

“Queremos que este seja um congresso de causas, de portas abertas, com renovação geracional e com uma agenda política nova para o país, frisando sempre a autonomia do PS em relação ao Governo e ao Parlamento. Queremos um congresso aberto à sociedade civil, designadamente a ativistas que militam em causas das mais diversos quadrantes da sociedade e que, por isso, estarão também na organização deste congresso”, afirmou ainda a Secretária-geral adjunta do PS.

Ana Catarina Mendes especificou que o congresso terá uma comissão executiva organizadora, presidida pelo dirigente socialista e deputado na Assembleia Legislativa dos Açores, Francisco César, acrescentando que “haverá também uma comissão para a organização do programa político”, coordenada por si, “que terá associada um conjunto de nomes independentes, que também se vão juntar a nós” na organização do congresso.

Além de Francisco César, a comissão executiva organizadora do congresso integra mais oito elementos: Castro Fernandes, Palmira Maciel, Manuel Laje, Pedro Ruas, Marina Gonçalves, Pedro Vaz, Sara Velez e Tiago Gonçalves.

Eleição do Secretário-geral e delegados a 20 e 21 de maio

A eleição direta do Secretário-geral do PS pelos militantes socialistas vai realizar-se a 20 e 21 de maio, dias em que tam-

bém serão eleitos os 1450 delegados ao Congresso Nacional, revelou entretanto o presidente da comissão executiva organizadora.

Francisco César adiantou ainda que cada candidatura à liderança do PS, após ser formalizada dentro dos prazos legais, terá depois, automaticamente, um representante na Comissão Organizadora do Congresso, com direito a voto.

Na reunião da Comissão Nacional foram ainda aprovadas as alterações ao regulamento eleitoral interno e de designação de candidatos a cargos de representação política, assim como o regulamento eleitoral geral dos departamentos nacional e federativos das Mulheres Socialistas, o regulamento para a eleição da presidente e da Comissão Política do departamento nacional das Mulheres Socialistas e as datas de 20 e 21 de maio para a eleição do presidente e dos delegados ao congresso federativo de Coimbra. ■